PLATAFORMAS DIGITAIS EM SÃO PAULO: SOBRECARGA DOCENTE, EXCLUSÃO EDUCACIONAL E A RESISTÊNCIA DOS PROFESSORES

Victor Monteiro Plasa

Resumo: As plataformas digitais têm sido implementadas na rede estadual de São Paulo como ferramentas para modernizar a educação e preparar os estudantes para o mundo do trabalho. No entanto, sua adoção tem gerado impactos negativos nas relações de trabalho e no processo de ensino-aprendizagem. Este trabalho problematiza a imposição dessas plataformas, analisando suas propostas e os efeitos sobre professores e estudantes. Partindo de uma perspectiva crítica baseada em Gramsci e Thompson, discutimos como as plataformas reforçam um modelo educacional utilitarista, focado em competências individuais e desprovido de pensamento crítico. As plataformas, como Khan Academy e Alura, são financiadas por grandes empresas e organizações internacionais, como a Fundação Lemann, refletindo a influência do setor privado na educação pública. Sua implementação vertical, sem consulta aos professores, resultou em sobrecarga de trabalho, perda de autonomia pedagógica e aumento de problemas de saúde mental entre os docentes. Além disso, as plataformas ignoram as necessidades de estudantes com deficiências e aprofundam as desigualdades educacionais, excluindo aqueles sem acesso à internet ou equipamentos adequados. A greve dos aplicativos, mobilizada pelos professores em 2024, demonstrou a insatisfação com essas políticas, mas não resultou em mudanças significativas. Concluimos que as plataformas digitais, longe de democratizar a educação, reforçam um modelo excludente e autoritário, priorizando indicadores quantitativos em detrimento da qualidade real do ensino. A resistência dos professores e a necessidade de políticas educacionais inclusivas e participativas são centrais para superar esses desafios.

Palavras-chave: Plataformas digitais; Sobrecarga docente; Mercantilização da educação; Exclusão educacional; Greve dos Aplicativos.

Abstract: Digital platforms have been implemented in the state education network of São Paulo as tools to modernize education and prepare students for the labour world. However, their adoption has generated negative impacts on labor relations and the teaching-learning process. This study problematizes the imposition of these platforms, analyzing their proposals and the effects on teachers and students. From a critical perspective based on Gramsci and Thompson, we discuss how these platforms reinforce a utilitarian educational model, focused on individual competencies and devoid of critical thinking. Platforms such as Khan Academy and Alura are funded by large corporations and international organizations, such as the Lemann Foundation, reflecting the influence of the private sector in public education. Their top-down implementation, without consulting teachers, has resulted in increased workloads, loss of pedagogical autonomy, and a rise in mental health issues among educators. Furthermore, these platforms overlook the needs of students with disabilities and exacerbate educational inequalities, excluding those without access to the internet or adequate equipment. The 2024 "Strike of the Apps," mobilized by teachers, demonstrated dissatisfaction with these policies but did not lead to significant changes. We conclude that digital platforms, far from democratizing

education, reinforce an exclusionary and authoritarian model, prioritizing quantitative indicators over the real quality of education. Teacher resistance and the need for inclusive and participatory educational policies are central to overcoming these challenges.

Keywords: Digital platforms; Teacher overload; Commodification of education; Educational exclusion; Strike of the Apps.

Introdução

O contexto educacional brasileiro tem sido influenciado profundamente pela presença de novas tecnologias, apresentadas como ferramentas de aprendizagem típicas do futuro, ou das necessidades do século XXI. Pressupostos que se alinham com aqueles das principais instituições internacionais, como o Banco Mundial, ou organizações nacionais, como Instituto Ayrton Senna, Fundação Itaú Social e Instituto Unibanco. Suas propostas são focadas em solucionar os baixos índices educacionais do Brasil, atualizando os métodos para que se aproximem daqueles de países considerados referências. Além disso, a influência de empresas tem moldado as políticas educacionais do Brasil, promovendo iniciativas tecnológicas que priorizam o treinamento de competências em detrimento de uma formação crítica e omnilateral.

A baixa qualidade da educação brasileira é apresentada como uma crise, um movimento de queda, que pressupõe algum tipo de normalidade. Esse atraso seria o resultado da incompetência estatal, da corrupção e da falta de recursos para investir e atualizar métodos, equipamentos e profissionais. Como se a má qualidade fosse uma anomalia, que só poderia ser sanada repetindo as práticas de países do centro do capital.

Compreendemos que a “crise educacional” não é algo atípico, mas parte de um processo histórico maior. Não nos parece ser um conjunto de erros e atrasos, mas um projeto de enfraquecimento da educação pública, para justificar a implementação de iniciativas ligadas a entidades privadas, redirecionando recursos públicos. Além disso, a pressão por resultados e a implementação de ferramentas digitais têm levado a um aumento significativo nos casos de ansiedade, depressão e outros problemas de saúde mental entre os professores, comprometendo a qualidade do ensino e o bem-estar dos profissionais.

Nesse sentido, pretendemos realizar a crítica do processo de imposição das plataformas educacionais em São Paulo, que levou a um processo de resistência dos

professores, expressa em mobilizações como a greve dos aplicativos, que demonstra a insatisfação com essas políticas e a necessidade de um diálogo real entre o governo e os profissionais da educação.

Um dos elementos que reflete o caráter de classe desse processo é a ascensão das pedagogias “burguesas”, focadas em competências, autonomia, individualidade, criatividade e espírito empreendedor. Essas teorias representam o aprofundamento da sociedade liberal, cada vez mais focada no indivíduo, em detrimento da coletividade. Tais pedagogias têm um forte caráter utilitarista, de preparação para o futuro, para a cidadania, em que o indivíduo seria capaz de viver sem a necessidade de tutela constante, sendo competente o suficiente para encontrar e manter seu trabalho, buscando aumentar sua produtividade sempre que possível.

Não há espaço para pensamento crítico, já que existe uma longa lista de competências em diversas áreas, que deve ser adquirida ao longo da vida escolar. É quase um processo de gamificação, com várias etapas a serem cumpridas, para subir de nível e melhorar até a vida adulta. A autonomia aparece como uma qualidade fundamental aos membros da “nova” sociedade, tecnológica.

Nosso objetivo, portanto, é problematizar como a relação entre as plataformas e o processo de ensino/aprendizagem, se desdobra nas relações de trabalho. Isso implica a análise da experiência de classe dos professores, permeada pela crise educacional e por tentativas de resistência. Nosso recorte temático corresponde a algumas das plataformas educacionais implementadas pela Secretaria da Educação do estado de São Paulo, especialmente a partir de 2023, com a chegada de Renato Feder ao posto de Secretário da Educação.

Adotamos como referencial teórico a pedagogia histórico-crítica, de Demerval Saviani, junto ao debate sobre alienação e individualidade, de Newton Duarte. De maneira complementar, a noção de experiência de Edward Thompson também nos ajudará a compreender como os trabalhadores são afetados e reagem à implementação das novas tecnologias. O caso de São Paulo é representativo pela relevância do estado na dinâmica política e socioeconômica do Brasil, além de ser a continuidade de um projeto iniciado no estado do Paraná, sob a gestão do mesmo secretário, entre 2019 e 2022.

Plataformas

O estado de São Paulo adotou, a partir de 2020, uma série de plataformas de estudos, disponibilizadas pela internet. No contexto da pandemia de COVID19, seu objetivo era complementar as aulas, visando mitigar os danos que o ensino sofreu devido ao necessário isolamento sanitário. Enquanto proposta, seriam capazes de melhorar a qualidade da educação paulista, já que, na perspectiva governamental, o maior número de atividades significaria um aumento automático dos indicadores educacionais.

Mesmo com o fim do contexto de isolamento sanitário, o governo manteve a prática de digitalização das práticas, com a realização de parcerias com empresas privadas para o fornecimento de equipamentos e plataformas. As informações sobre as negociações em torno dessas parcerias são um tanto nebulosas, porque os portais costumam estar desatualizados, e o governo estadual não divulga claramente quem são os responsáveis por todas as plataformas.

De fato, a plataforma que tem a origem facilmente rastreável é o Khan Academy, mantido por entidades como Bank of America, Ann & John Doerr, Bill & Melinda Gates Foundation e Fundação Lemann (KHAN ACADEMY, 2023; FUNDAÇÃO LEMANN, 2023). Se apresenta como uma organização sem fins lucrativos, cuja missão é proporcionar ferramentas para pais e professores compreenderem e auxiliarem os estudantes, com exercícios práticos, vídeos educativos e outras ferramentas. Está presente no mundo todo, adaptando seus métodos e conteúdos para todos os públicos.

Evidentemente, os fins lucrativos dessa organização seriam sua parte menos relevante. Sua função ideológica é absolutamente mais importante. Seus mantenedores, ou patrocinadores, são membros dos mais altos escalões da burguesia estadunidense e mundial. Através do Khan Academy, o ideal de educação burguês do centro do capital se espalha, sob a justificativa do empoderamento e do auxílio a pais, professores e estudantes de todo o mundo, que passam por dificuldades educacionais e financeiras.

Há, no website, casos de cases de sucesso, de pessoas cuja vida foi transformada pela plataforma. A propaganda é a de um melhor desenvolvimento escolar e, por consequência, maior sucesso nas carreiras no futuro. Ou seja, é uma formação com uma utilidade definida, partindo de uma concepção de mundo específica, e sem qualquer menção a algum tipo de pensamento crítico.

Khan Academy não é a única plataforma ligada a um gigante da tecnologia – naquele caso, Bill Gates, fundador da Microsoft. A Alura, uma startup ligada à Google. (ALURA, 2023; GOOGLE FOR EDUCATION, 2023) Sua proposta é ser uma escola de tecnologia, se apresentando como a maior do Brasil, com mais de 1656 cursos, e cerca de 500 mil alunos que já utilizaram o serviço. Seus conteúdos abordam programação, ciência de dados, inteligência artificial, design e inovação e gestão.

Entre seus parceiros, estão empresas como Mercado Livre, SulAmérica, Santander, Porto Seguro, Caixa, globo.com, TOTVS, Samsung, Nubank, Itaú e Stone. Percebemos, assim, o alinhamento entre o modelo da Alura e empresas internacionais com papéis relevantes na dinâmica da luta de classes em seus respectivos países.

Para o estado de São Paulo, a Alura Start proporciona aos estudantes seu primeiro contato com a programação, com o desenvolvimento de sistemas digitais. A proposta geral, portanto, é de construir “competências” que permitam aos alunos terem noções básicas de programação em diferentes níveis e temas. Desse modo, os futuros trabalhadores teriam melhor preparo para suas carreiras. Na prática, é complicado perceber de que maneira os cursos sobre inteligência artificial e afins teriam alguma efetividade, especialmente diante dos quadros de baixo desempenho da rede estadual.

Outra plataforma relevante, e claramente distinta do estado, é o Matific, uma plataforma de atividades de matemática, fundada em 2012, disponível globalmente, com um crescimento estranhamente veloz, estando disponível em mais de 120 países em 2021. Suas atividades são interativas, com uma interface que pretende ser a de pequenos jogos digitais. Entre suas parcerias, estão a Oxford University Press, e MapleBear Canadian School, uma rede de escolas que exporta um modelo canadense para países como o Brasil. Seu conteúdo abrange todos os níveis entre a Educação Infantil e o 9º ano do Ensino Fundamental. (MATIFIC, 2023)

Passando às plataformas diretamente ligadas ao governo, temos o Tarefa SP, Redação SP, Prepara SP. Suas propostas são bem diretas: Tarefa SP é voltado para atividades mais simples, especialmente em substituição à lição de casa; RedaçãoSP tem como objetivo a prática de redações; PreparaSP é voltado para o preparo para a Prova Paulista e o ENEM.

Tarefa SP surgiu com o objetivo de disponibilizar atividades online, que complementam o trabalho de sala de aula em todas as disciplinas. Assim, os professores

não precisariam mais elaborar lição de casa, enquanto os estudantes teriam o processo de aprendizagem, mesmo fora da escola. Com o preenchimento do registro de aulas, o sistema gera atividades automaticamente. (SÃO PAULO, 2023)

Redação SP é um sistema de redações, em que os professores disponibilizam a proposta, a partir dos temas do currículo paulista, semanalmente. Os estudantes têm um espaço para escrever as redações, que são corrigidas e comentadas pelos professores.

Prepara SP é uma plataforma de atividades voltadas para o ENEM. Surgiu a partir da análise de baixo desempenho da rede na prova, e dos baixos índices de aprovação no ENEM e vestibulares. É uma maneira de proporcionar aos estudantes do terceiro ano do Ensino Médio para estudarem para avaliações importantes para seu futuro escolar. Se tornou especialmente relevante a partir da política do governo do estado que direcionou mais de 15 mil vagas nas universidades USP, UNICAMP, UNESP, VUNESP e FATEC para estudantes de escolas da rede estadual. (SÃO PAULO, 2025)

A rede estadual de ensino em São Paulo vivencia, anualmente, a expansão de plataformas digitais para todos os níveis – focamos apenas naqueles voltados para os anos finais do ensino fundamental, e do ensino médio por englobarem a maioria das séries disponibilizadas pelo estado. Contudo, o crescimento dessas plataformas não foi acompanhado pela contratação de tecnologias assistivas para estudantes com necessidades especiais.

Há um notável abandono da questão por parte do governo estadual. Mesmo as poucas ferramentas já disponibilizadas não são atualizadas, muitas vezes deixam de passar por manutenção. As salas de recursos multifuncionais recebem pouco investimento, e pouca atenção das gestões escolares.

O computador é uma ferramenta fundamental para a aplicação de novos métodos pedagógicos, seja aqueles considerados convencionais, seja aqueles voltados para inclusão e acessibilidade. Essa ferramenta tem enorme importância por sua versatilidade, por meio dele os estudantes conseguem acessar diversas bases de dado, arquivos de imagem, áudio, vídeo e comunicação. Os dois principais sistemas utilizados no Brasil, Windows e Linux, têm cada vez mais softwares assistivos, bem como ferramentas nativas de acessibilidade.

Além dos softwares, o computador também permite a utilização de equipamentos físicos que podem ser conectados a ele, como a linha de braile, para facilitar a integração

entre o usuário e o sistema, por meio de tecnologias como o Non Visual Desktop Access (NVDA), que, além de converter a imagem em áudio, torna legível na linha de braile.

Uma tecnologia útil para esse processo é o DosVox, desenvolvido pela UFRJ, é “um sistema para microcomputadores da linha PC que se comunica com o usuário através de síntese de voz” (DOSVOX, 2002). Utilizando esse software, o estudante pode realizar pesquisas sobre paisagem, para aprender sobre o conceito, exemplos e características das diferentes paisagens. Outra tecnologia importante, é o JAWS, um leitor de telas muito usado pelo mundo, que permite a leitura de texto, imagens, planilhas, websites, além de suportar diversas versões do Windows e touch screen. Utilizando o JAWS, o estudante consegue ter acesso à descrição das imagens das paisagens ao seu redor, para, então, imaginar e planejar como representá-la.

Mesmo com a disponibilidade de softwares extremamente úteis, a concepção tradicionalista que permeia parte das gestões, e a pouca importância que o estado atribui a esse grupo de alunos, fazem com que o atendimento especializado não atinja a qualidade realmente possível. Professores especializados precisam utilizar equipamentos antigos, em alguns casos adquiridos pelo próprio docente, além de recorrer a materiais disponibilizados pela escola, dificultando práticas que sejam efetivamente capazes de diminuir a desigualdade entre os alunos da rede estadual e das redes privadas.

Percebemos que, além das plataformas terem ligação com grupos de poder, as empresas que fornecem equipamentos também tem algum papel na dinâmica de classes que envolve a organização do ensino público no estado de São Paulo. De um lado, as plataformas atuam como difusores da ideologia e da cultura hegemônica que grupos como a Fundação Lemann utilizam para reafirmar seu papel na lógica de poder. De outro, aumentar o uso de meios digitais se torna uma oportunidade lucrativa de expansão para uma empresa nacional, que se torna prioritária com a chegada de um de seus acionistas a um cargo relevante da administração pública do estado.

Algumas das plataformas foram doações de seus desenvolvedores, é o caso da Me Salva, com exercícios para vestibular, e a Khan Academy. As doações publicadas em Diário Oficial do Estado foram estimadas em 40 milhões de reais para cada uma, pelo uso do material para 18 meses. Já a Alura foi adquirida por 30,8 milhões, para uso durante o mesmo prazo. (MELLO, 2024) São números bastante relevantes, que indicam a disponibilidade de recurso, mas um uso muito específico dele.

Em conjunto com os investimentos na compra de equipamentos, percebemos que a Secretaria da Educação de São Paulo fez uma escolha, entre duas possibilidades: investir em melhoria dos salários, infraestrutura e manutenção das unidades, ou o gasto com plataformas digitais. O destino dos investimentos é um significado muito contundente das prioridades.

Conseguimos notar que o Estado se alinhou com os elementos conceituais e ideológicos promovidos pelas instituições responsáveis pelas plataformas. Mais do que isso, os aplicativos aparentam ter como principal fim criar demanda por equipamentos eletrônicos, que têm beneficiado as empresas de tecnologia. De outro lado, diretores, professores e estudantes sofreram mudanças significativas no seu cotidiano, tendo que adotar novas ferramentas estranhas a suas práticas.¹

As plataformas que abordamos têm em comum o fato de compilarem atividades genéricas organizadas previamente, apresentadas como uma forma de complementar a formação dos estudantes. Prometem treinamentos e o desenvolvimento de competências voltadas para autonomia dos estudantes, contudo, seu modo de funcionamento exige acesso constante e disciplina dos alunos que as escolas e a dinâmica de vida dos alunos não conseguem criar.

Além disso, são majoritariamente focadas em Língua Portuguesa e Matemática, disciplinas usadas como parâmetros educacionais em diversas avaliações do país. Outras áreas, como ciências humanas e biologia, além de não serem completamente inseridas nas plataformas, sofrem com a redução da quantidade de aulas. De modo que há uma clara hierarquização entre as áreas do conhecimento, com as ciências humanas sendo as mais afetadas.

A situação dos trabalhadores na rede estadual de São Paulo

Com tamanha mudança nos processos educacionais colocados em prática pela rede estadual de São Paulo, algumas transformações na lógica administrativa e, especialmente, na experiência de trabalho e ensino-aprendizagem foram percebidas. Toda a estrutura da

¹ Embora fuja de nosso escopo, o desenvolvimento desse processo no Paraná elucida muito bem os resultados dessa política. O estado investiu em ferramentas digitais, processos de privatização, e reorientou as práticas educacionais apenas para treinar para o IDEB e outras avaliações de desempenho.

rede foi afetada pela inserção de novos instrumentos, carregados de um discurso de atualização, digitalização e eficiência, para elevar a qualidade do serviço.

Seguindo a prática comum de implementar novidades sem realizar consultas públicas, ou qualquer tipo de debate entre Estado e comunidades escolares, o governo de Tarcísio de Freitas impôs uma série de novos métodos, tecnologias e objetivos para a educação no estado. Seu foco principal é aumentar as taxas de frequência dos estudantes e dos professores, tidas como indicadores de um bom trabalho da administração estadual.

Diante de uma rede marcada por evasão escolar, analfabetismo, dificuldades de aprendizado, o governo optou por instalar uma política trazida do governo do estado do Paraná, pelo secretário Renato Feder. Política que não passa por consultas, tampouco adaptações às realidades e necessidades que o estado de São Paulo tem. Por ser algo verticalmente implementado, diretores, coordenadores e professores não tiveram participação nas tomadas de decisão, ou mesmo enviando dados e experiências que pudessem contribuir, porque não houve uma etapa voltada para isso.

A meta de Feder para São Paulo é a melhoria do IDEB. Um dos pontos diretamente ligados a isso foi a normativa de 5 de julho de 2023, segundo a qual, estudantes com mais de 15 faltas consecutivas sem justificativa deveriam ter suas matrículas excluídas. Antes, esse mecanismo era permitido apenas no começo do ano letivo, mas a normativa autorizou que fosse realizado durante o ano todo. Anteriormente, o cancelamento era efetuado somente depois do esgotamento de todos os procedimentos de busca ativa, com Feder, não há mais essa exigência. Procedimento esse que faz com que a média de faltas diminua, já que os alunos faltantes são excluídos do sistema.

Estabeleceu-se uma meta de frequência de 85% a 90% dos alunos. Os servidores das unidades que mantiverem esse patamar receberiam uma bonificação em dinheiro, desde que a participação dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) tivesse altos resultados. Os bônus poderiam representar até dois salários extras no ano. A matéria De Ana Luiza Basilio, apresenta, ainda, pela perspectiva de Fernando Cassio, da UFABC, um resumo interessante da política de Feder

Primeiro, a gente vê uma chantagem, uma ameaça às famílias e aos estudantes de perderem as vagas nas escolas, num movimento claro de rasgar normas como as previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Por outro, a promessa de bônus em dinheiro que podem levar escolas a forjarem dados das listas de chamadas, por exemplo. O secretário se aproveita do fato de professores receberem salários baixos, terem condições de trabalho e carreira

muito aviltadas e anuncia uma estratégia que passa a ser prontamente desejada. Isso é particularmente perverso.” (BASILIO, 2023)

Temos, assim, um funcionamento da SEDUC pautado por uma postura autoritária com as famílias e os estudantes, que podem perder a vaga. Embora essa postura também se aplique aos servidores, com a constante pressão por resultados, há a promessa do bônus, que contribui para que as escolas forjem dados, como as listas de chamada. Os salários baixos e a condição de trabalho dos docentes, muitos deles com contratos sem estabilidade, facilitam a atuação do secretário.

As unidades escolares passam por monitoramento constante, cujos principais indicadores são a frequência dos alunos, sua assiduidade de acesso às plataformas, junto às porcentagens de conclusão das atividades. Gera uma pressão constante sobre as direções, com casos de ameaçadas de perda de cargo (ENTREVISTADO 1, 2025) por baixo desempenho nas plataformas.

Outro ponto que sofreu modificações por conta das plataformas foram as matrizes curriculares, com a redução de disciplinas focadas no conhecimento científico, sendo substituídas por conteúdos voltados para o trabalho precarizado e informal, disfarçadas de disciplinas de empreendedorismo e projeto de vida.

As novas disciplinas reafirmam os discursos de responsabilização individual, como a educação financeira. Já as plataformas, vendidas como recursos didáticos, “apresentam-se no processo de ensino-aprendizagem como instrumentos ensimesmados e não mobilizam os estudantes, ao contrário do discurso proferido.” (FENSELAU, 2025) Toda a narrativa de autonomia, avanços e de uma educação 2.0 não se traduzem na prática. São incapazes de cumprir com tais propostas, porque o foco de sua utilização é o controle sobre a prática pedagógica, e a instauração de uma nova dinâmica de trabalho.

A função docente perde, pouco a pouco, sua autonomia para ministrar aulas autorais, a quantidade de aulas, especialmente entre as ciências humanas, e sofre com mudanças constantes nas matrizes curriculares. “Projeta-se para os docentes a função de tutor da plataforma” (FENSELAU, 2025) Resta aos professores que conseguem manter seus empregos, uma função de supervisão do acesso dos estudantes.

Se estabelece uma atuação profissional que impõe aos professores novas responsabilidades. Entrevistamos uma professora que atuou com foco na plataforma

Alura, que tem, em seus primeiros módulos temas introdutórios ao uso de computadores e bases de programação. Contudo, a Entrevistada 3 aponta que

A ideia de trazer o módulo que explica e nivela para todo mundo, que coloca todo mundo para partir do mesmo princípio é interessante. Só que a gente não tem uma estrutura e nem tempo hábil para se treinar o aluno para a programação. Então, antes da gente levar o aluno para essa ideia da programação, o aluno deveria ser introduzido nesse meio. (2025)

Ainda que não haja uma rejeição inicial à existência das plataformas, fica evidente que a aplicação das novas tecnologias não foi acompanhada de treinamento adequado, tampouco em tempo hábil para que os professores se apropriassem dos métodos e conteúdos que precisariam aplicar. Criou, assim, uma dinâmica em que os profissionais se sobrecarregavam para tentar se preparar. Então,

Quando você começa a trabalhar, fica tudo muito corrido, porque eles começam a te cobrar um monte de metas para você bater, que eu acho que, nesse sentido, não é algo que a gente deveria ter nessa área, principalmente na educação pública. [...] A atribuição de aula feita em cima da hora não garante esse tempo hábil para poder treinar um professor para trabalhar na plataforma. Ao passo que, se em dezembro você já soubesse que ia trabalhar com a plataforma, se em dezembro os recursos da plataforma já estivessem disponibilizados, na primeira semana do planejamento já poderíamos ter um treinamento sobre isso. (ENTREVISTADA 3, 2025)

Com pouco tempo de preparo, os professores não recebem as condições ideais para realizar seu trabalho, situação ainda pior para os professores contratados – conhecidos como Categoria O – que são os últimos a participar do processo de atribuição de aulas, por isso, não sabem se serão responsáveis pelas aulas de tecnologia com Alura. Esse tempo é particularmente importante, porque as aulas de tecnologia podem ser atribuídas a professores de biologia, que não passam por formação voltada para programação e computadores.

Aplicar os conteúdos da Alura é um desafio, são salas com cerca de 40 alunos, com interesses, conhecimentos e necessidades heterogêneas, dificultando uma atuação completamente padronizada. No caso de nossa entrevistada, um método que se mostrou funcional foi criar grupos de 10 alunos com base em temas de interesse, criando um rodízio do foco de ensino. Também a logística dos computadores toma bastante tempo do processo e o torna bastante cansativo para alunos e professores.

A plataforma Prepara SP, fornecida pelo curso preparatório para vestibular MeSalva, é aplicada no terceiro ano do Ensino Médio. É, inclusive, bem vista como uma ferramenta para os estudantes, contudo, “é uma coisa que deveria ser iniciada no primeiro ano do Ensino Médio e não no terceiro [...] porque tem que trabalhar essa autonomia de estudo com o aluno, [...] essa coisa de responsabilidade, tem que treinar o aluno para o simulado.” (ENTREVISTADA 3, 2025) Novamente, a aplicação de uma plataforma feita de um modo que não condiz com o processo de aprendizagem, e que desconsidera as realidades do estado.

Essa ferramenta tem um grande potencial para auxiliar nos problemas de acesso ao Ensino Superior dos alunos da rede estadual, já que é uma maneira de diminuir a distância entre esses alunos e os de escolas particulares. Contudo, nossa entrevistada pontua que isso não ocorre com eficiência, porque o aluno na escola particular “está sendo preparado para o vestibular desde o sexto ano [...] você já está preparando o aluno desde o momento que ele sai do Fundamental I, para entender uma leitura de vestibular, para ele já começar a entender um assunto de vestibular.” (Idem) Enquanto os alunos da rede estadual só passam a ter contato sistematizado através da plataforma no último ano do ensino básico.

O ponto central da questão das plataformas para professores e alunos não é, de fato, a qualidade ou a proposta em si das plataformas, mas a relação que o governo do estado estabeleceu entre elas e o sistema educacional. Sem proporcionar suporte ao professor e à escola, cobra excessivamente resultados, porque é um dinheiro investido, mas as escolas não passam por um preparo adequado para usar um novo sistema como esses.

Percebemos, a partir disso, uma espécie de reconfiguração das relações de trabalho, na qual os professores se tornam responsáveis por administrar o desempenho dos alunos. Isso é de especial relevância porque as plataformas geram um retorno dos acessos e das atividades, permitindo que a cobrança seja direcionada. Atingir indicadores positivos garante que os professores consigam manter suas aulas atribuídas para o próximo ano. São práticas que, embora não possuam documentação legal que as fundamente, acontecem. Para se manter nos cargos de gestão e com as aulas, os trabalhadores acabam entrando na lógica das plataformas, adotando estratégias para manter seus empregos, atendendo às ordens que saem da SEDUC.

Em meio a tantas imposições, e, essencialmente, uma transformação nas relações de trabalho na rede de ensino, os professores foram, desde muito cedo, críticos à implementação das plataformas. Suas críticas são direcionadas ao aumento da carga de trabalho, do ataque à autonomia para criar as próprias aulas, às exigências nada realistas de acesso, e à padronização imposta pela Secretaria, que não condiz com as necessidades das unidades escolares, com realidades muito diferentes entre si.

Críticas que partem também dos estudantes, que perdem aulas com conteúdos baseados em conhecimento científico, sendo submetidos a temáticas que não representam melhora na qualidade do ensino que recebem. Com as plataformas, a desigualdade entre alunos da rede estadual e da rede privada tendeu a aumentar. Essa reorientação nas matrizes curriculares afeta diretamente a aprendizagem, bem como o preparo dos estudantes para o ENEM e os vestibulares.

Complementando o processo de digitalização que a rede estadual tem sofrido está a instauração de um novo tipo de material. A SEDUC anunciou em 2023 a criação de material didático digital, organizado em apresentações de slides, que contemplam os temas do currículo para as disciplinas. (SÃO PAULO, 2023) Assim como as plataformas, os slides foram impostos sobre os professores. Suas aulas deveriam passar a seguir os slides.

Disciplinas como Língua Portuguesa e Matemática contavam com um alto volume de slides, que impossibilita qualquer outra atividade pedagógica que não os envolva. O ritmo das aulas precisa ser muito rápido para cumprir a quantidade de slides, diminuindo a qualidade e o aprofundamento dos temas. Como estão organizados conforme o currículo para cada ano, e são enviados prontos, os slides ignoram as realidades do sistema educacional. Como resultado, os docentes têm duas escolhas possíveis, trabalhar de modo a lidar com as dificuldades e deficiências de seus estudantes, ou terminar o conteúdo dos slides no tempo pré-determinado.

Assim como as plataformas, o material digital não se apresenta, na prática, como um auxílio ao professor, ou como uma ferramenta de ampliação das possibilidades de ensino-aprendizagem. Se torna uma carga maior de trabalho, e um obstáculo à aprendizagem. Além das dificuldades operativas, o material gera problemas diretamente ligados ao seu conteúdo. A Secretaria da Educação Anunciou que utiliza inteligência artificial para fazer parte do material didático disponibilizado.

Em 2023, foram identificados erros grosseiros de informação no material digital elaborado pela secretaria. Em um dos trechos, era dito que, em 1888, Dom Pedro II assinou a Lei Áurea, quando, na verdade, a lei que encerrou a escravidão institucionalizada no Brasil foi assinada pela filha do monarca, a Princesa Isabel. Em outro trecho se afirmava, também de forma equivocada, que o transtorno do déficit de atenção e hiperatividade é transmissível pela água. (MELLO, 2024)

Trata-se, então, de um material com conteúdo factualmente errado, produzido por uma tecnologia que substitui os conteudistas e, ao que tudo indica, não passa por revisão de profissionais especialistas em cada área. E mais, o governo do estado tentou abrir mão completamente dos livros didáticos, para tentar manter apenas os slides, ferindo o Plano Nacional do Livro Didático. Medida que foi posteriormente derrubada.

Temos, portanto, um histórico de iniciativas governamentais para a educação, que acarretaram repetidos obstáculos para uma rede que já lida diariamente com dificuldades de toda ordem. Precisamos considerar que a presença de materiais e ferramentas digitais adicionaram novas camadas de procedimentos e movimentações dentro das unidades escolares, junto com a percepção de uma falta de sentido, já que o funcionamento das plataformas apresenta algumas lacunas.

No movimento de digitalização da rede, veio à tona o quanto as atividades propostas pelos professores perderam valor. A menos que suas aulas fossem totalmente dedicadas a cumprir tarefas das plataformas, parece importar muito pouco à SEDUC o que o corpo docente de fato realiza durante as aulas. Ao mesmo tempo, o acesso e o tempo de uso das plataformas parecem ser os únicos indicadores que de fato importam, muito provavelmente em função dos investimentos realizados.

Para exemplificar tais posturas, recorreremos à reportagem de Daniel Mello, que entrevistou um professor da rede no contexto da greve dos aplicativos. Indica que “Os principais problemas são não conseguir identificar um texto produzido por inteligência artificial além de não identificar erros básicos de português na sua correção automática e não reconhecer plágio.” (MELLO, 2024) Ou seja, o aplicativo de redação, alvo de um alto investimento do governo, não facilita o trabalho dos professores, que continuam tendo que corrigir manualmente os envios.

O Redação Paulista é incapaz de identificar corretamente se o texto enviado é de fato escrito. É possível, por exemplo, que os estudantes preencham os espaços para envio

apenas com espaços em branco, e isso será considerado pela plataforma como uma atividade concluída. Por outro lado, uma entrega realizada no papel, sem intermediação do aplicativo, é desconsiderada.

Independente da qualidade do trabalho que professores e alunos estejam realizando em sala, apenas aquilo que passa pelas ferramentas digitais é de fato contabilizado. Mesmo o que é realizado através delas tem pouca importância, já que o objetivo central não é a qualidade do que é preenchido, mas o simples fato de a rede estar acessando. Prática que nada contribui para a melhoria da qualidade, ou solução de desigualdades e outros problemas da rede estadual.

O próprio argumento de que seriam complementares ao trabalho docente perde sua fundamentação, visto que os aplicativos não cumprem essa função, e a postura da Secretaria indica que esse não é seu objetivo. As escolas, por sua vez, focavam seus esforços em atingir as metas, logo, “não teve nenhum tipo de rendimento real [...] basicamente são plataformas que faziam os alunos serem mão de obra [...]” (ENTREVISTADA 2, 2025) reformulando as relações no sentido de uma dinâmica empresarial, em que os professores têm que “bater meta, para depois o governo lá na frente falar ”olha, funcionou”, sendo que não funcionava” (Idem). O governo atua como uma instância superior que submete professores e alunos a uma dinâmica de produção de indicadores para o uso em propaganda, como expressão de melhorias educacionais, que não representam a realidade do sistema.

Esses problemas não são isolados. Coexistem com a obrigatoriedade de realização de atividades nas plataformas, correspondendo a porcentagens relevantes das notas. São afetadas, ainda, por problemas de acesso, com mau funcionamento da internet nas escolas, falta de equipamento, e mesmo problemas de funcionamento dos aplicativos. Obstáculos que não são levados em conta pelos altos escalões da rede. Problemas de falta de internet ou erros nos aplicativos não resultam em um alívio das exigências, pelo contrário, significam maior pressão pelo menor tempo para concluir as atividades.

Tendo em vista a forte pressão sobre os professores e alunos, com a busca por resultados e cumprimento de metas, a questão da saúde mental se torna ainda mais relevante. A rede estadual já apresentava numerosos casos de ansiedade, depressão e outros elementos relacionados. Com as plataformas, isso se intensificou, e a sensação geral dos professores é de “uma ansiedade muito grande por parte da maioria dos

profissionais que trabalhavam com plataforma.” (ENTREVISTADA 3, 2025)
Remontando o momento em que os slides foram implementados, a sensação de desamparo é constante entre os docentes da rede estadual.

A aula pronta veio para facilitar o planejamento da aula por parte do professor. Então, ao invés do professor ter que se preparar para montar uma aula, eles já mandavam as aulas prontas. [...] E eles mandam um material com uma linguagem super complexa, mas exigem que a gente inclua os alunos de inclusão. (Idem)

Vários materiais enviados pela SEDUC chegam aos professores como uma obrigação a ser cumprida, sem debate prévio, e desconsiderando as especificidades da rede. Como os materiais são produzidos sem a participação dos professores, estabelecem tamanha dicotomia entre seu conteúdo e a realidade dos estudantes, que geram ainda mais trabalho aos professores, e distanciam os alunos do aprendizado. É particularmente complicado no caso da inclusão de estudantes com necessidades especiais, ignorados pelos materiais e pelas tecnologias. Problemas estruturais contribuem para a situação,

Como o Estado só reprova por falta, você tem numa sala um aluno que não sabe ler, que não sabe escrever, um aluno de inclusão, e um aluno que ali se desenvolve muito bem, entende o que você está falando. Os nossos alunos, eles têm problema de vocabulário, de entender coisas básicas de vocabulário. (Idem)

São diversos elementos que se conectam para intensificar as dificuldades de trabalho e de aprendizado, materiais que surgem sob a justificativa de melhorar a qualidade da educação, na prática, ampliam as desigualdades, partem de um modelo ideal de estudante, que representa um número muito pequeno, ou talvez não exista na rede. Como resultado,

Isso é uma coisa que gera muito estresse, porque muitas vezes eu tenho que ler o material e tenho que adaptar esse material pronto para o tipo de turma que eu tenho. Diferente de, por exemplo, ter um método de trabalho meu, porque, às vezes, o meu método de trabalho fica mais fácil de ser aplicado aos alunos que eu já estou habituada a lidar. (Idem)

Com a obrigatoriedade de uso dos materiais e das plataformas, os professores perdem sua autonomia, precisam encaixar conteúdos e métodos que não foram pensados e organizados para as turmas que têm, sem que haja tempo ou espaço para preparar suas próprias aulas. Sendo um investimento, essas ferramentas precisam ser aplicadas, caso

contrário seria uma perda de dinheiro do estado, de modo que leva a uma pressão altíssima por resultados. Visto que o foco é demonstrar que as ferramentas estão sendo utilizadas, se estabelecem metas altas de acesso e realização de atividades, com resultados semanais. Por outro lado, as tecnologias não são atualizadas.

Se você não qualificar, não comprar equipamentos mais modernos, não atualizar sistemas, não vai avançar. Então tá tudo errado para mim, sabe? Primeiro porque o Estado, ainda parece que não sabe quem é o público dele, [...] ele não sabe com quem ele está falando, para quem está mandando. Às vezes você vê materiais muito bons, ideias muito boas, que na teoria funcionam, na prática não. E a teoria é muito bonita, porque você põe resultados, traz dados de estudos, mas que não dá para aplicar na prática, porque não é da nossa realidade. Mas é difícil, porque parece que eles não querem entender isso, e eu digo não querem porque já foi falado, muitos colegas mencionam, mas ninguém quer ouvir. (Idem)

Esse ponto demonstra claramente a relação entre a gestão do alto escalão da Secretaria da Educação e os professores. As propostas de materiais e ferramentas não são necessariamente ruins por si, mas não facilitam de fato o trabalho docente na rede. São ineficientes para esse fim, porque são unidirecionais, não se constroem em conjunto com quem vai aplicá-las, nem com seus receptores, ainda assim, são obrigatórias, resultando numa piora do quadro já crítico do sistema estadual.

Novas responsabilidades trazem metas que se traduzem em bônus, maior salário, levando a direção a pressionar professores, que, por sua vez, pressionam os alunos, que acabam não tendo um retorno positivo por suas atividades. O estabelecimento de metas dessa maneira cria uma dinâmica corporativa, que se realiza em uma mudança severa de comportamento.

Quando você vê, só está pensando em plataforma, vê que até você está perdido no meio do sistema. [...] Isso causa uma grande ansiedade. Hoje na rede, [...] não conheço um professor que não relate um quadro relacionado à saúde mental. Ou ansiedade, ou ansiedade que leva à insônia, ou ansiedade que leva a um aumento de peso, ou ansiedade que deixa a pessoa com pressão elevada. (Idem)

Trabalhar com as plataformas tem efeitos negativos muito intensos na vida dos professores. Os casos relacionados à saúde mental são extremamente frequentes, e criam uma relação muito danosa com o trabalho, que leva muitos professores a buscarem outras escolas, ou mesmo a mudar de carreira. Também reflete na relação com os alunos, que passa a ser permeada por brigas cada vez mais recorrentes.

Estudantes no presente, trabalhadores no futuro

Em meio ao conjunto de questões que apresentamos até aqui, os estudantes depararam com um novo obstáculo para sua aprendizagem. Aqueles que representam o que talvez pudéssemos identificar como a média do alunado passaram a vivenciar um contraste entre o alto volume de tarefas para cumprir, e a manutenção da baixa qualidade da formação a que tinham acesso.

A aparência desse processo é a de uma transmutação da escola em um ambiente de trabalho. Com metas, indicadores, índices, monitoramento e pressão por resultados, os alunos vivenciaram a vida no mundo do trabalho ainda mais cedo. Se considerarmos o formato da escola sob a hegemonia da burguesia enquanto um preparo para o trabalho nas fábricas com linhas de produção, é como se a rede estadual de São Paulo tivesse atualizado esse modelo, agora como um ensaio do trabalho de plataforma, digital e ainda mais individualista. Segundo a entrevistada 2,

Saiu do âmbito educacional e foi para o âmbito que não era mais educacional [...]. Professores não conseguiam mais dar aula, os alunos estavam cansados, e foi piorando a situação conforme o final do ano. [...] Desde a implementação até o final do ano foi cansativo para ambos, porque a Diretoria pressionava a escola e a escola os professores, os professores pressionavam os alunos. Então foi algo horrível, foi uma mudança que eles dão na mídia algo perfeito, porque é tecnológico, mas que no mundo palpável não é, não deu certo, não dá certo, tanto é que ele está revendo, e espero que reveja. (2025)

O resultado das plataformas foi uma reorganização do espaço educacional, cujas condições de trabalho se assemelharam muito à de linhas de produção, levando a uma situação de exaustão no final do ano. A pressão por resultados colocou os alunos em uma posição de funcionários, responsáveis por atender a metas irreais, mas que precisam ser atingidas. Como nossa entrevista foi realizada no começo de 2025, o governo ainda não cobrou o preenchimento das plataformas, se voltando para materiais físicos, e alinhando os slides aos livros “Currículo em Ação”, que auxiliam os professores a aplicar o Currículo Paulista. Para a Entrevistada 2, esse processo é um claro caminho para a privatização, “porque todas as plataformas geram em torno de dinheiro.” (2025) Nos ajuda a refletir sobre os objetivos da implementação desse tipo de política, norteadas por interesses econômicos, e influência dos setores privados da educação.

Tarefa SP e Redação Paulista são dois exemplos de como as plataformas sobrecarregam os estudantes. Como já apresentamos o ponto do aplicativo de redação, tomaremos o Tarefa SP como foco agora. Cada aula registrada na Secretaria Digital gera uma tarefa na plataforma, isso significa que cada uma das sete aulas de um dia letivo gerava uma atividade própria.

A quantidade de tarefas foi se tornando insustentável, o que não impediu que a cobrança da Secretaria continuasse. Em alguns casos, professores e gestão passaram a adotar novas maneiras de preencher os diários, para gerar menos atividades.

No entanto, a realidade segue sendo marcada pela evasão escolar, pela ausência de manutenção, às vezes também de alimentação na escola. Com a ampliação dos aplicativos, a constante falta de professores se intensificou, já que as doenças relacionadas ao trabalho tendem a aumentar em dinâmicas de alta pressão.

Como são conteúdos pré-montados, a partir de matrizes curriculares fixas, os materiais e atividades entregues pelos aplicativos desconsideram déficits formativos. Ignoram que uma turma de ensino médio pode contar com estudantes que não foram completamente alfabetizados, ou que não conseguiram apreender a base conceitual necessária para parte dos temas e abordagens do ano em que estão.

Quando nos voltamos para estudantes com deficiências, a lacuna é ainda maior, já que as plataformas nem sempre contam com mecanismos de acessibilidade, e quando o fazem, são pouco funcionais, normalmente restritos a LIBRAS. A padronização de um material exige que se defina um aluno ideal, essa figura não contempla uma rede tão grande e heterogênea como a da metrópole paulista, de modo que se torna limitada a grupos reduzidos, e aqueles que não se encaixam nessa idealização tendem a ser ainda mais pressionados, ou abandonados à margem do processo.

Fora do ambiente escolar, parte dos estudantes não conta com acesso à internet, ou equipamentos para acessar as plataformas. Em contextos mais pobres, faltam alimentos em casa, e alguns alunos precisam trabalhar muito cedo, ou encontrar outras formas de conseguir algum tipo de sustento. Acessar e realizar tarefas em plataformas digitais não se torna uma possibilidade nesses casos.

No geral, lidar com as plataformas fez com que muitos estudantes perdessem a motivação para estudar. Apesar da situação na rede estadual ser precária em vários sentidos, não se pode dizer que é completamente ineficaz. Ocorre que o desenvolvimento

de sua trajetória tem se mostrado negativo com as novas tecnologias. A reportagem de Ana Luiza Basilio foi capaz de capturar muito bem a perspectiva dos alunos por meio de uma entrevista, que afirma que

O nosso ensino está sendo limitado a slides, sem interação dos professores, além de um acúmulo dessas atividades padronizadas para responder, resumiu a jovem. Eu não tenho vontade alguma de ir para a escola, porque essas plataformas eu conseguiria acessar da minha casa. Procurei a escola pela qualidade de ensino que ela oferecia. (BASILIO, 2024)

Permanece uma clara concepção de que o ambiente escolar ainda é um espaço privilegiado de ensino-aprendizagem. Espaço que foi limitado pelo uso dos slides e das atividades plataformizadas, que tendem a diminuir as interações entre alunos e professores. Considerando a perda dessa relação, e o uso constante de ferramentas disponíveis na internet, os estudantes poderiam estar abertos a questionar os métodos e lugares a que estão submetidos.

Foi preciso resistir: A Greve dos Aplicativos

Percebendo o contexto extremamente problemático que a educação no estado se encontrava, os professores se mobilizaram em torno de uma mobilização contra os aplicativos. Considerada uma das maiores greves da história recente da categoria, a greve dos aplicativos mobilizou cerca de 70 mil professores, cerca de 35% dos docentes da rede estadual. (BASILIO, 2024) Entre 13 e 19 de maio, os professores não utilizariam as plataformas digitais.

O processo de organização levou a APEOESP, Sindicato dos Professores Ensino Oficial do Estado de São Paulo, a convocar uma assembleia-geral no dia 26 de abril de 2024, para debater a questão que ficou conhecida como “Greve dos Aplicativos”. A proposta era realizar uma grande assembleia no dia 24 de maio, no MASP, seguida de uma caminhada até a SEDUC. Na Assembleia Geral foi decidido que a greve teria início no dia 13 de maio.

Uma das questões relevantes para a Apeoesp foi apontada por seu principal dirigente, Fabio Santos de Moraes, em entrevista, na qual afirmou que

As plataformas são autoritárias sob todos os pontos de vista. Elas padronizam conteúdo, obrigando o professor a seguir aquele método naquele momento. O professor faz a chamada e já entra o conteúdo da aula na plataforma. Ele não decide como será o dia de acordo com as especificidades, de acordo com o momento. Não pode usar textos complementares, livros, apostilas, nada. Os aplicativos e as plataformas digitais estão transformando o ensino numa atividade fria, formatada e distante, resultando em um péssimo aprendizado. (TERRA, 2024)

Conforme o posicionamento do primeiro presidente da APEOESP, as plataformas ignoram fatores fundamentais para uma educação de qualidade. Sua implementação ocorreu em dissonância com as condições reais do sistema educacional do estado. Desse modo, têm sido incapazes de atender os estudantes no sentido da melhoria de seu aprendizado. Pelo contrário, a pressão que impõem sobre estudantes, professores e gestores torna o ambiente escolar ainda mais hostil, competitivo e hierarquizado.

Como resposta, algumas Diretorias de Ensino encaminharam documentos aos diretores no sentido de evitar a greve. Ainda que as orientações não fossem explicitamente procedimentos para repressão, circulares como uma publicada pela Diretoria de ensino de Sorocaba enfatizavam “que os professores das categorias A, F e O integram parte da rede estadual e, portanto, devem cumprir com as determinações da Secretaria de Educação.” (BASILIO, 2024)

De um lado, o documento argumentava pelo compromisso dos professores com a SEDUC, em uma espécie de dever moral dos trabalhadores para com o estado. De outro, orientava as equipes gestoras a “comunicar ao supervisor de ensino responsável qualquer ato de desobediência e/ou insubordinação, a fim de abrir uma apuração de supostas irregularidades, com possíveis penalidades” (BASILIO, 2024) Na prática, se trata de uma circular que estabelecia procedimentos de punição aos grevistas.

Os professores que participaram da paralisação não utilizaram as plataformas durante toda a semana de greve. Em vez disso, deram aulas normalmente, seguindo as matrizes curriculares, utilizando materiais físicos e digitais disponíveis. Não foi um processo uniforme, com quantidades bastante heterogêneas de escolas e professores participando. Todos os professores que entrevistaram aderiram à greve.

Em algumas Diretorias Regionais de Ensino (DRE) nenhuma escola aderiu, em outras houve um número maior. Segundo nosso entrevistado, “dois ou três professores ficaram com medo e aí utilizaram as plataformas. Mas a direção não se opôs. [...], Mas há relatos de que a maioria das escolas não fez.” (ENTREVISTADO 1, 2025) Percebemos

que não foi um processo majoritário, muito em função do medo que professores, coordenadores e diretores sentiam da situação. Mesmo assim,

Não tem como você manifestar a sua insatisfação trabalhando. Trabalhando, cada vez mais batendo meta, falando que estou insatisfeita. Aquela velha história, batendo meta ninguém vai te ouvir, todo mundo vai falar “ah, você está insatisfeita, eu entendo”, te dar uma batidinha nas costas e falar “é duro mesmo, é difícil, a gente vai tentar fazer algo para melhorar”. [...] A greve dos aplicativos foi uma ideia excelente, só que eu não acho que funcionou muito. (ENTREVISTADA 3, 2025)

A greve surgiu como um meio importante de resistir aos aplicativos, de manifestar a insatisfação generalizada. Embora parte dos professores tenha compreendido que a paralisação seria o único jeito de serem ouvidos pelo estado, a adesão, na percepção dos docentes, foi muito menor do que o necessário, e não resultou em mudanças na aplicação das plataformas. Parte da dificuldade de mobilização advém do alto número de professores contratados, sem estabilidade, pressionados, mas têm medo de aderir à greve e perder seus contratos.

No caso da experiência em questão, a direção, mesmo com as pressões da DRE e da SEDUC, não criou grandes obstáculos à greve. Também os PROATECs participaram, não disponibilizando os equipamentos aos poucos professores que não aderiram. O procedimento da greve foi um tanto aberto, não tendo um impeditivo direto por parte dos grevistas. Ainda assim, os professores contratados hesitaram em aderir, contudo, a participação dos PROATECs fez com que os equipamentos não estivessem disponíveis.

A escola teve uma rotina normal, como de antes da implementação das plataformas. Como os aplicativos não foram utilizados, houve uma baixa nos índices daquela unidade, que tiveram que ser recuperados na semana seguinte. Para os professores, foi “como se nada tivesse acontecido. A SEDUC não olhou, não parou, não analisou. É como se ela estivesse rindo da nossa cara” (ENTREVISTADO 1, 2025)

Na prática, a paralisação não resultou em qualquer mudança com relação às plataformas. Pareceu um momento de normalidade passageiro, em meio à rotina das plataformas. Foi incapaz de pressionar a Secretaria, que manteve a pressão sobre os servidores. Para nosso entrevistado, a grande dificuldade “é mobilizar as pessoas para poderem fazer. Porque no final todo mundo reclama, mas na hora que você tem que dar a

sua cara a tapa e falar assim: Eu não quero, essa semana eu não vou fazer; aí são poucos que fazem.” (ENTREVISTADO 1, 2025)

Na semana da greve, as escolas que aderiram teriam uma queda expressiva dos indicadores, o que fez com que muitas unidades não paralisassem, com medo de perderem os bônus por cumprimento das metas – que podiam chegar até ao dobro do salário –, e, de fato, mesmo nos casos que participaram da greve, as metas tiveram de ser atingidas na semana seguinte, com o dobro do trabalho.

A pressão pela greve foi diferente a depender da escola. Em alguns casos foram os professores que lideraram a mobilização, embora não seja claro qual a proporção de efetivos e contratados. Em outros, foram os alunos que iniciaram as mobilizações, sendo seguidos pelos professores, ou colocando os professores em uma posição na qual não conseguiam aplicar as plataformas.

Historicamente, os professores da rede estadual de São Paulo têm uma prática de pouquíssima mobilização. Seja pela situação de instabilidade dos contratados, ou pelo avançado tempo de trabalho dos servidores efetivos, é uma categoria muito complicada de organizar. O próprio sindicato tem dificuldade de mobilizar, tanto por sua linha política, quanto pela baixa adesão e um certo descrédito que tem perante a categoria.

Apontamos vários elementos que compuseram a experiência dos trabalhadores da educação na rede estadual de São Paulo, especialmente entre 2023 e 2024. Essa experiência se insere em uma dinâmica internacional do trabalho, em que diferentes setores são invadidos pelas tecnologias. Os maiores exemplos são os serviços de entrega e de transporte, em que aplicativos se apresentam como soluções eficientes, reinventando mercados, mas, na realidade, seu esforço é para monopolizar e piorar as condições de trabalho.

No caso da educação, as plataformas aparecem como soluções para os baixos índices de aprendizado, para gerar autonomia e melhorar a qualidade do serviço. Na prática, como vimos, chegam ao setor público de uma maneira impositiva, desconectada das necessidades de professores e estudantes, resultando em uma piora dos processos educacionais. Essa maneira de inserir as tecnologias parte de uma concepção na qual a existência de uma tecnologia garante, por si, um avanço. Bastaria apenas adquirir novas tecnologias digitais e novos equipamentos para solucionar todos os problemas do sistema.

Contudo, tecnologias, equipamentos, ou qualquer outro tipo de material, método e ferramenta a serem introduzidos na educação requerem estudos, análises das realidades em que serão utilizados, e projeções de resultados, além de treinamento e participação, ao menos dos professores. Por isso, é recorrente nas declarações o comentário de que as plataformas não são o problema, mas a maneira como foram colocadas.

Na educação, essa inserção tecnológica se alia, ainda, a um esforço de privatização bastante forte². Os constantes cortes orçamentários no setor, em todos os níveis, leva a quedas de qualidade, infraestrutura, manutenção e das condições de trabalho, em última instância, produz justificativas para parcerias público privadas. Instituições como a Fundação Lemann influenciam cada vez mais os sistemas educacionais, que passam a adotar conteúdos e metodologias voltados para formação de líderes, empreendedores e indivíduos cada vez menos críticos.

Conclusão

Percebemos ao longo dessa investigação que a implementação das plataformas na rede estadual de São Paulo mudou consideravelmente as relações de trabalho e estudo nas escolas. Mudança que levou a uma piora geral das condições de trabalho, com sobrecarga, perda da liberdade de cátedra e pressão sobre os servidores, fossem eles gestores ou professores. Também expôs os estudantes a uma lógica análoga a um trabalho operário. A implementação vertical das plataformas, sem consulta aos professores e às comunidades escolares, reflete uma gestão autoritária e distante da realidade das escolas. A falta de participação dos profissionais da educação nas decisões não apenas desvaloriza seu trabalho, mas também resulta em políticas desconectadas das necessidades reais dos estudantes e das escolas

As plataformas foram apresentadas aos servidores e às comunidades escolares como uma novidade, algo que traria soluções para os problemas de desempenho, principalmente com relação a provas como o SAEB. Com propostas quase que inteiramente projetadas fora do país, os conteúdos já chegavam prontos, ignorando completamente as especificidades de uma rede heterogênea como a de São Paulo. Longe

² Esse processo é mais facilmente percebido no Ensino Superior, em que os 10 maiores grupos privados detinham, em 2021, 46% dos alunos. É uma política que foi favorecida pelo PROUNI e FIES, abrindo espaço para o crescimento da iniciativa privada, que passou a ser fortalecida, em São Paulo, pelas Parcerias Público Privadas, típicas dos governos do PSDB, mas intensificadas durante as gestões de João Dória (PSDB) e Tarcísio de Freitas (REP)

de democratizar o acesso à educação, os aplicativos aprofundam as desigualdades existentes. Estudantes com necessidades especiais são frequentemente excluídos, e aqueles sem acesso à internet ou a equipamentos adequados fora da escola são deixados para trás. Essa política reforça a distância entre a educação pública e a privada, perpetuando a desigualdade atrelada às condições socioeconômicas.

Plataformas como Khan Academy, contam com investidores representantes da burguesia estadunidense, ligados especialmente ao mercado financeiro e à tecnologia. Representam, também, um fenômeno que tem se dado no Ministério da Educação, com a influência da Fundação Lemann. Isso molda o tipo de conteúdo e abordagem dos aplicativos, proporcionando atividades repetitivas, operativas, que proporcionam pouca ou nenhuma autonomia de pensamento. Esse tipo de parceria reforça a lógica mercadológica na educação pública, que sofre cada vez mais com investidas no sentido da privatização. Também acabam desviando recursos que poderiam ser usados para melhorias estruturais e investimento nos servidores.

Além disso, a pressão colocada pela Secretaria da Educação sobre diretores, coordenadores e professores foi enorme. Os diretores das escolas que não atingissem os indicadores perderiam seus cargos. Por consequência, toda a hierarquia dos servidores esteve sob pressão, especialmente durante o ano de 2024. Pressão que, ao ser aliada à falta de apoio e treinamento adequado, não apenas desgasta os profissionais, como compromete a qualidade do ensino oferecido. É notável, ainda, que a implementação das plataformas digitais trouxe um aumento significativo de casos de ansiedade, depressão e outras questões de saúde mental entre os professores, podendo se desdobrar para outras complicações de saúde.

Para os estudantes, essa implantação significou a transformação do ambiente escolar em um ambiente análogo a um escritório. De aulas tradicionais, passaram a ter sessões de preenchimento de plataformas, em que não importava a qualidade do que produziam, mas o tempo de uso dos aplicativos, e a realização de intermináveis tarefas pré-determinadas. Ao final do ano, apresentaram cansaço de uma maneira muito parecida com a dos trabalhadores adultos.

Houve, de fato, alguma tentativa de luta contra a política da SEDUC. Algumas escolas se recusaram a cumprir com as plataformas no começo do ano, o que levou à retirada de seus diretores do cargo. Em maio, os professores se organizaram na greve dos

aplicativos, que, embora aparentemente tenha mobilizado uma quantidade acima do esperado ao nível estadual, na percepção de alguns professores não foi um movimento tão relevante. No entanto, essa mobilização demonstra a insatisfação e a resistência dos profissionais da educação, destacando a necessidade de uma maior organização e pressão para garantir políticas que realmente atendam às necessidades das escolas públicas.

Não teve qualquer resultado perceptível ao longo do ano. Na realidade, pareceu se tratar de uma semana de retomada do cotidiano antigo, que diminuiu os índices das escolas participantes, resultando em um esforço ainda maior na semana seguinte. Talvez, a longo prazo, seja possível conectar a greve a algumas mudanças no uso das plataformas para o começo de 2025, já que, durante o primeiro mês de aulas, ainda não havia a obrigatoriedade de uso dos aplicativos, mas se trata apenas de uma hipótese que ainda não apresentou indícios concretos.

De fato, a greve não foi capaz de pressionar a ponto de retirar as plataformas. Ficou evidente o nível de organização da categoria, e a maneira como sua relação com o Estado se deu. Os servidores não têm mecanismos de participação democrática, tampouco de pressão sindical, de modo que restou aos trabalhadores esperar que Renato Feder resolvesse mudar sua abordagem para a educação em São Paulo. Nos parece claro que o uso dos aplicativos reflete uma postura autoritária do governo do estado, cuja concepção de educação foi pautada por concepções individualizantes, que ignoravam as realidades da rede estadual. Se baseavam em um aluno idealizado, que não contempla a maioria dos estudantes reais, e desconsidera déficits educacionais, dificuldades socioeconômicas, ou mesmo deficiências.

Essa perspectiva educacional não reflete incompetências, inexperiência, tampouco falta de recursos. Trata-se de um procedimento comum entre gestões liberais, a inserção de parcerias privadas em todas as áreas possíveis, junto ao sucateamento dos aspectos que se mantiveram públicos. O uso das plataformas é fruto de contratos com várias empresas nacionais e internacionais para o fornecimento de software e hardware, que levaram tanto à presença de conteúdos e abordagens mantenedoras da hegemonia política dentro e fora do Brasil, quanto à ampliação das potencialidades de lucro de empresas como a Multilaser.

Como resultado desse conjunto de processos, os servidores atuaram como encarregados e supervisores, e os estudantes como operários, realizando tarefas

repetitivas e sem sentido subjetivo. As tarefas não representaram melhorias na aprendizagem. O estado estava preocupado com os números brutos, não realizou monitoramento do conteúdo submetido aos aplicativos, permitindo que as escolas adotassem métodos para atingir e superar os índices, com rapidez, mas sem transformar as tarefas em um processo de formação real para os alunos.

Por fim, as plataformas, ao priorizarem competências técnicas e utilitárias, limitam a formação dos estudantes, focando em prepará-los apenas para o mercado de trabalho, e não para a participação em sociedade ou o pensamento crítico. Na realidade, acaba sendo incapaz de fornecer o preparo adequado até mesmo para o mundo do trabalho. Essa abordagem reduz a educação a um treinamento genérico e repetitivo, ignorando o papel fundamental da educação na formação de indivíduos autônomos.

Referências

ALURA. **Sobre a Alura**. Disponível em: <https://www.alura.com.br>

BASILIO, Ana Luiza. **Do Paraná a São Paulo: como a FEDER atua para ampliar seu modelo de gestão empresarial da educação**. CartaCapital, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/do-parana-a-sao-paulo-como-feder-atua-para-ampliar-seu-modelo-de-gestao-empresarial-da-educacao/>.

BILL & MELINDA GATES FOUNDATION. **Education Programs**. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org>

DOSVOX. **2002**. Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/intro.htm>.

DUARTE, Newton. **A individualidade para si**. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

ENTREVISTADO 1. Entrevista concedida 11 de fevereiro de 2025.

ENTREVISTADA 2. Entrevista concedida 24 de fevereiro de 2025.

ENTREVISTADA 3. Entrevista concedida 2 de março de 2025.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Volume 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FENSELAU, Stephanie. **Reforma totalitária e tecnicista na Educação de SP**. Outraspalavras, 2025. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/reforma-totalitaria-e-tecnicista-na-educacao-de-sp/>

FUNDAÇÃO LEMANN. **Parceria com a Khan Academy**. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br>

KHAN ACADEMY. **About Khan Academy**. Disponível em:
<https://www.khanacademy.org/about>

GOOGLE FOR EDUCATION. **Parcerias no Brasil**. Disponível em:
<https://edu.google.com>

MATIFIC. **Sobre a Matific**. Disponível em: <https://www.matific.com/bra/pt-br/home/>

MELLO, Daniel. **SP: comunidade escolar crítica imposição de uso de plataforma digital**. São Paulo: AgênciaBrasil, 2024. Disponível em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-05/sp-comunidade-escolar-reclama-de-imposicao-de-plataforma-digital>.

Morais, M. de O., Vital, J. V. P. ., Silva, B. R. S. ., Correia, T. S. ., Andrade , M. S., & Vales, L. S. . (2023). O Uso da Tecnologia no Ensino Médio em São Paulo. *Journal of Technology & Information*, 4(1). Recuperado de
<http://www.jtni.com.br/index.php/JTnI/article/view/91>

SALUCESTE, Fernanda Biscaino; ALVES, Bianca da Silva; SANTOS, Gabriela Teixeira dos. **Políticas educacionais no Estado de São Paulo na contemporaneidade: aprofundamento da precarização do ensino público**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) UNESP Botucatu, 2024.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Sala Futuro: Educação de SP oferece material digital inédito para professores da rede**. Educação SP, 2023. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/sala-futuro-educacao-de-sp-oferece-material-digital-inedito-para-professores-da-rede/>

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **SP amplia acesso ao ensino superior com 30 mil vagas, Provão Paulista e aumento de 58% nas inscrições do Enem**. Educação SP, 2023. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/sp-amplia-acesso-ao-ensino-superior-com-30-mil-vagas-provao-paulista-e-aumento-de-58-nas-inscricoes-enem/>

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras abordagens**. 6ª ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

_____; DUARTE, Newton (org.). **Conhecimento Escolar e Luta de Classes: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie**. Campinas: Autores Associados, 2021.

TECASSISTIVA. **JAWS**. Disponível em:
https://www.tecassistiva.com.br/catalogo/jaws/?utm_source=pocket_saves.

TERRA. **Professores de SP fazem greve dos aplicativos em protesto contra uso de plataformas digitais**. Terra, 15 maio 2024. Disponível em:
<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/professores-de-sp-fazem-greve-dos-aplicativos-em-protesto-contra-uso-de-plataformas-digitais,12361428571410e95050519f788f01b20ldh1uzc.html>

THOMPSON, Edward. Palmer. **The making of the English working class**. New York: Vintage books, 1963.